

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA CNI, ROBSON BRAGA DE ANDRADE, NA SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DA AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA 2018, NA SEDE DA CNI. 20.3.2018.

Senhoras e Senhores,

Agradeço a honrosa presença de senadores e deputados, de líderes empresariais e de autoridades que prestigiam este ato de lançamento da **Agenda Legislativa da Indústria de 2018**.

Saúdo, também, os presidentes de Federações e de Associações Setoriais da Indústria, cuja participação na preparação da Agenda foi fundamental para a demonstração da nossa união em favor do setor e do Brasil.

Esse documento representa um exercício de confiança no país. A sua elaboração mobilizou as 27 Federações das Indústrias, representantes de 1.250 sindicatos, que congregam mais de 700 mil empresas. Além disso, participaram dezenas de Associações Setoriais, o Fórum Nacional da Indústria (FNI) e a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI).

Quando nos referimos à indústria, sempre citamos números superlativos da nossa economia. O setor responde por **21%** do PIB nacional, por **9,6 milhões** de empregos diretos e por mais de **30%** dos impostos federais arrecadados.

Para cada real produzido na indústria, são gerados 2 reais e 32 centavos na economia nacional como um todo.

No Brasil e no mundo, o setor industrial é o grande formador da riqueza das nações. Nele, são gerados os avanços científicos que permitem saltos tecnológicos, com reflexos diretos na qualidade de vida de toda a população.

Ainda vivemos um tempo de incertezas. Porém, 2018 deve trazer um forte sentimento de esperança na continuidade do atual ciclo de expansão da nossa economia.

Apenas começamos a sair da mais profunda crise econômica que o Brasil atravessou em sua história moderna. A indústria, após quatro anos de retração, parou de encolher no ano passado, enquanto o PIB do país cresceu 1%.

A crise ensinou a todos importantes lições sobre os caminhos que podem levar ao insucesso de nosso país. Mas também é preciso destacar o muito que tem sido feito para consertar equívocos antigos e recentes de nossa história para guiarmos o Brasil num caminho de prosperidade e desenvolvimento.

Nesse sentido, reafirmo o importantíssimo papel exercido pelo Congresso Nacional na aprovação de medidas determinantes para a recuperação do país. Para citar algumas:

- a PEC do Teto, uma revolução fiscal que coloca como regra um princípio elementar: o de que só se deve gastar o que se arrecada. O desequilíbrio das contas públicas leva a profundos desarranjos na economia, evidenciados pela crise dos últimos anos;
- o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única nos blocos do pré-sal, medida essencial para reativar investimentos na cadeia de óleo e gás, levados à quase paralisia por uma política inadequada de reserva de mercado;
- o **novo ensino médio** aponta para uma visão mais pragmática na formação de nossos jovens, de acordo com suas aptidões e as demandas do mercado de trabalho, aproximando a realidade da escola à do mundo produtivo;
- a regulamentação da terceirização, decisão há 20 anos aguardada e que pôs fim aos conceitos entre atividade-meio e atividade-fim, distinção feita apenas no Brasil que era motivo de enorme insegurança para a contratação de serviços especializados;
- a modernização das leis do trabalho, que trouxe nossa legislação para o século 21 ao reconhecer novas formas de trabalho e de produção, e ao ter como espinha dorsal a valorização da negociação coletiva. Insisto: a reforma não retirou ou reduziu qualquer direito constitucional do trabalhador;

Senhoras e Senhores,

Não fosse a coragem do Parlamento para enfrentar o debate e para aprovar medidas tão essenciais, certamente a recuperação do país caminharia a passos mais lentos e incertos.

Relembro que a CNI e a indústria brasileira apoiaram aberta e ostensivamente a aprovação dessas propostas, sempre com argumentos e posições fundamentadas para qualificar debates muitas vezes tomados por paixões e posturas exacerbadas.

Mais do que nunca, é importante que empresários, governantes, parlamentares e demais setores da sociedade se mobilizem em torno de um projeto para o país, fazendo mais e melhor para nossas futuras gerações.

Há um longo caminho a percorrer até chegarmos ao nível de quatro anos atrás. Necessitamos de medidas adequadas e estabilidade política e econômica para sustentarmos um duradouro ciclo de crescimento.

Lançado há duas semanas, o Mapa Estratégico da Indústria aponta caminhos e traça um plano para o Brasil inovar, criar empregos e crescer de forma sustentada. O documento é a agenda da indústria para o país que queremos daqui a quatro anos.

Apresentamos à sociedade uma detalhada agenda de propostas e ações que, se forem adotadas, o PIB brasileiro crescerá 4% e o PIB *per capita* aumentará 3,5%, na média anual, a partir de 2023.

Significa dizer que a renda anual dos brasileiros dobraria em 24 anos, passando dos atuais 14 mil dólares para 30 mil dólares, em 2040.

Nesse contexto, a *Agenda Legislativa da Indústria* se reafirma como um dos principais instrumentos de posicionamento e de comunicação do setor empresarial com o Congresso Nacional.

É necessário insistir na agenda de reformas, em especial a da Previdência, peça imprescindível para a reversão da preocupante escalada da dívida pública, que, em 2017, atingiu valor equivalente a **74%** de toda a riqueza produzida no país.

A indústria continuará a estimular o debate e a sensibilização da opinião pública sobre a necessidade da reforma. Essa é uma pauta de Estado, que, se não for efetivada neste ano, terá de ser enfrentada, necessariamente, pelo próximo governo, independentemente do partido que vencer as eleições.

Também é possível avançar em matérias que aperfeiçoem o ambiente de negócios por meio da eliminação ou da redução da insegurança jurídica, da diminuição da burocracia e da melhora da competitividade nacional.

A reforma da Previdência é uma entre 14 proposições que estão presentes em nossa **Pauta Mínima**, que forma o núcleo da agenda. Muitas dessas propostas têm grande potencial de trazer maior segurança jurídica a quem empreende no Brasil, fator prioritário no Mapa Estratégico da Indústria.

Outro avanço, há muito tempo, esperado por todos os segmentos do setor produtivo é a **Lei Geral de Licenciamento Ambiental**, o **PL 3.729** de 2004.

A proposição foi objeto de um amplo processo de discussão, envolvendo o Ministério do Meio Ambiente, o setor privado e os representantes da sociedade civil. O resultado é um texto equilibrado, amadurecido ao longo de 14 anos de debate.

Outro tema fundamental, ligado à redução da burocracia, à melhora da segurança jurídica e à atratividade para investimentos, é a reforma da **Lei Geral de Licitações e Contratos**. O texto aprovado no Senado unifica a legislação sobre a matéria, confere maior agilidade aos processos administrativos e se encontra pronto para deliberação pela Câmara dos Deputados.

Já o **PL 6.621/2016** estabelece o marco legal para as **agências reguladoras**. O projeto reforça o princípio de autonomia decisória das agências, conferindo caráter eminentemente técnico à avaliação de impacto regulatório feita por essas instituições. Foi aprovado pelo Senado e aguarda a instalação de Comissão Especial na Câmara.

Na mesma linha, ressalto o **PL 6.897** de 2013, que estabelece limites para o embargo e a interdição de estabelecimentos pelos auditores fiscais do trabalho. Os requisitos objetivos estabelecidos pelo projeto conferem maior segurança jurídica e previsibilidade aos atos de fiscalização e à imposição de sanções.

Além disso, o texto, que está na Comissão do Trabalho da Câmara, permite que as empresas se adaptem às normas antes de serem alvos de uma medida restritiva mais grave.

Também merece prioridade o PLS-C 298 de 2011, que institui o **Código de Defesa do Contribuinte**, estabelecendo normas gerais sobre direitos e garantias nas relações com o Fisco. Ele se encontra em fase de apreciação de emendas de Plenário do Senado ao parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Armando Monteiro.

Igualmente na Pauta Mínima está o **PLS 656/2015**, que trata da prorrogação da redução de Imposto de Renda para projetos prioritários nas áreas da Sudam e da Sudene.

Esse benefício tributário faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que tem alcançado resultados significativos na realização de investimentos nas regiões Norte e Nordeste. Essa prorrogação é imprescindível.

Completam a lista das **14 proposições** que integram a Pauta Mínima os seguintes projetos apoiados pela CNI:

- A Reforma Tributária;
- Aperfeiçoamentos da NR 12;
- A regulação do tratamento de dados pessoais;
- Incentivos à pesquisa científica e tecnológica;
- Melhorias na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas;
- A regulamentação do *lobby*; e
- A desconsideração da personalidade jurídica.

As medidas priorizadas pelo setor industrial vão além dessa Pauta Mínima e proporcionam oportunidades de avanço nos mais variados temas.

O **PLS 349** de 2015, por exemplo, apresenta um amplo conjunto de iniciativas para reduzir a insegurança jurídica. Foi aprovado em caráter terminativo na Câmara e só não foi à sanção presidencial por força de um requerimento que o remeteu à apreciação do Plenário.

Cito, também, o **PL 9463 de 2018**, que trata da desestatização da Eletrobras e que deverá dar mais agilidade e capilaridade à estatal, além de melhorar as condições para a necessária ampliação de investimentos no setor elétrico.

Este, aliás, é tema de uma grande seminário que vamos realizar aqui na CNI para debater os desafios a e competitividade do setor elétrico nacional.

A Agenda entregue a Vossas Excelências detalha, ao todo, **129** proposições eleitas pelas Federações e Associações Setoriais da Indústria.

Senhoras e Senhores,

Desejo encerrar, reforçando a nossa certeza de que, ao trabalharmos em favor da indústria, estamos trabalhando pelo nosso país. Lembro que a indústria está presente em todas as cadeias produtivas.

A tecnologia desenvolvida pelas indústrias de biotecnologia, fertilizantes, e máquinas e equipamentos é o que permite os sucessivos recordes de produtividade alcançados pelo agronegócio.

A indústria brasileira gera riquezas e promove o desenvolvimento social e econômico. Com políticas adequadas e um ambiente de negócios propício, certamente venceremos os obstáculos que ainda minam a nossa competitividade.

A *Agenda Legislativa da Indústria* aponta o caminho a ser percorrido, com a experiência de quem produz e vivencia o dia a dia das fábricas.

Temos um enorme desafio pela frente. O Brasil tem feito menos do que pode e do que precisa. Daqui a quatro anos, quando comemorarmos 200 anos de nossa Independência, queremos ter uma indústria mais inovadora, uma economia mais global e um país mais sustentável.

Essa é uma agenda de todos nós.

Muito obrigado.